

PETIÇÃO 8.409 GOIÁS

RELATOR : **MIN. CELSO DE MELLO**
REQTE.(S) : **CESAR AUGUSTO MENDES RESENDE LARA**
ADV.(A/S) : **JOAO BERCHMANS CORREIA SERRA E**
OUTRO(A/S)
REQDO.(A/S) : **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS**
ADV.(A/S) : **SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS**
REQDO.(A/S) : **ESTADO DE GOIÁS**
PROC.(A/S)(ES) : **PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE GOIÁS**

DECISÃO: **Trata-se de “ação popular” ajuizada com o objetivo de invalidar “(...) o acórdão prolatado nos autos administrativos de nº 192938-40.2016.8.09.0000 (...), restando determinado que o Tribunal de Justiça do Estado de Goiás se abstenha de efetuar o pagamento das diferenças salariais aos magistrados e servidores do Poder Judiciário do Estado de Goiás (...)” (grifei).**

Sendo esse o contexto, passo a examinar questão preliminar concernente à competência originária do Supremo Tribunal Federal para processar e julgar a presente causa.

E, ao fazê-lo, reconheço não competir a esta Suprema Corte atribuição para apreciar, em sede originária, a ação popular em questão.

Com efeito, a jurisprudência constitucional do Supremo Tribunal Federal consolidou-se no sentido de que lhe falece competência originária para o processo e o julgamento de ações populares, ainda que ajuizadas, até mesmo, contra o Presidente da República e/ou outras autoridades que disponham de prerrogativa de foro “ratione muneris” perante o Supremo Tribunal Federal (AO 772-QO/SP, Rel. Min. MOREIRA ALVES – Pet 129/PR, Rel. Min. MOREIRA ALVES – Pet 296/MG, Rel. Min. CÉLIO BORJA – Pet 431/SC, Rel. Min. NÉRI DA SILVEIRA – Pet 546-MC/DF, Rel.

PET 8409 / GO

Min. CELSO DE MELLO – Pet 713/RJ, Rel. Min. CELSO DE MELLO – Pet 1.546-MC/RJ, Rel. Min. CELSO DE MELLO – Pet 2.018-AgR/SP, Rel. Min. CELSO DE MELLO – Pet 3.152-AgR/PA, Rel. Min. SEPÚLVEDA PERTENCE – Pet 3.422-AgR/DF, Rel. Min. AYRES BRITTO – Pet 5.239/DF, Rel. Min. DIAS TOFFOLI, v.g.):

“Competência. Ação Popular contra o Presidente da República.

– A competência para processar e julgar ação popular contra ato de qualquer autoridade, inclusive daquelas que, em mandado de segurança, estão sob a jurisdição desta Corte originariamente, é do Juízo competente de primeiro grau de jurisdição.

Agravo regimental a que se nega provimento.”

(RTJ 121/17, Rel. Min. MOREIRA ALVES – grifei)

“AÇÃO ORIGINÁRIA. QUESTÃO DE ORDEM. AÇÃO POPULAR. COMPETÊNCIA ORIGINÁRIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL: NÃO-OCORRÊNCIA. PRECEDENTES.

1. A competência para julgar ação popular contra ato de qualquer autoridade, até mesmo do Presidente da República, é, via de regra, do juízo competente de primeiro grau. Precedentes.”

(AO 859-QO/AP, Red. p/ o acórdão Min. MAURÍCIO CORRÊA – grifei)

“AÇÃO POPULAR. AUSÊNCIA DE COMPETÊNCIA ORIGINÁRIA DO STF.

– A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal – quer sob a égide da vigente Constituição republicana, quer sob o domínio da Carta Política anterior – firmou-se no sentido de reconhecer que não se incluem na esfera de competência originária da Corte Suprema o processo e o julgamento de ações populares constitucionais, ainda que ajuizadas contra atos do Presidente da República, das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal ou de

PET 8409 / GO

quaisquer outras autoridades cujas resoluções estejam sujeitas, em sede de mandado de segurança, à jurisdição imediata do STF. Precedentes.”

(Pet 1.641/DF, Rel. Min. CELSO DE MELLO)

“ACÇÃO POPULAR’ – AJUIZAMENTO CONTRA JUÍZES DO TRABALHO – AUSÊNCIA DE COMPETÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL – ACÇÃO POPULAR DE QUE NÃO SE CONHECE – PARECER DA PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA PELO NÃO PROVIMENTO DO RECURSO – RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO.

O PROCESSO E O JULGAMENTO DE AÇÕES POPULARES CONSTITUCIONAIS (CF, ART. 5º, LXXIII) NÃO SE INCLUEM NA ESFERA DE COMPETÊNCIA ORIGINÁRIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

– O Supremo Tribunal Federal – por ausência de previsão constitucional – não dispõe de competência originária para processar e julgar ação popular promovida contra qualquer outro órgão ou autoridade da República, mesmo que o ato cuja invalidação pleiteie-se tenha emanado do Presidente da República, das Mesas da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal ou, ainda, de qualquer dos Tribunais Superiores da União. Jurisprudência. Doutrina.”

(Pet 5.191-AgR/RO, Rel. Min. CELSO DE MELLO)

Não constitui demasia assinalar que a competência originária do Supremo Tribunal Federal, por qualificar-se como um complexo de atribuições jurisdicionais de extração essencialmente constitucional – e ante o regime de direito estrito a que se acha submetida –, não comporta a possibilidade de ser estendida a situações que extravasem os rígidos limites fixados, em “numerus clausus”, pelo rol exaustivo inscrito no art. 102, I, da Carta Política, consoante adverte a doutrina (MANOEL GONÇALVES FERREIRA FILHO, “Comentários à Constituição Brasileira de 1988”, vol. 2/217, 1992, Saraiva) e proclama a jurisprudência desta própria Corte (RTJ 43/129 – RTJ 44/563 –

PET 8409 / GO

RTJ 50/72 – RTJ 53/776 – RTJ 94/471 – RTJ 121/17 – RTJ 141/344 – RTJ 159/28 – RTJ 171/101-102, v.g.).

Esse regime de direito estrito a que se submete a definição da competência institucional do Supremo Tribunal Federal tem levado esta Corte Suprema, por efeito da taxatividade do rol constante da Carta Política, a afastar do âmbito de suas atribuições jurisdicionais originárias o processo e o julgamento de causas de natureza civil que não se acham inscritas no texto constitucional – tais como ações populares (RTJ 141/344, Rel. Min. CELSO DE MELLO – Pet 352/DF, Rel. Min. SYDNEY SANCHES – Pet 487/DF, Rel. Min. MARCO AURÉLIO, v.g.), ações civis públicas (RTJ 159/28, Rel. Min. ILMAR GALVÃO – Pet 240/DF, Rel. Min. NÉRI DA SILVEIRA, v.g.) ou ações cautelares, ações ordinárias, ações declaratórias e medidas cautelares (RTJ 94/471, Rel. Min. DJACI FALCÃO – Pet 240/DF, Rel. Min. NÉRI DA SILVEIRA – Pet 1.738-AgR/MG, Rel. Min. CELSO DE MELLO, v.g.).

Vale lembrar, neste ponto, como mero registro histórico, que o Supremo Tribunal Federal, há mais de 124 anos, em decisão proferida em 17 de agosto de 1895 (Acórdão n. 5, Rel. Min. JOSÉ HYGINO), já advertia, no final do século XIX, não ser lícito mesmo ao Congresso Nacional, mediante atividade legislativa comum, ampliar, suprimir ou reduzir a esfera de competência da Corte Suprema, pelo fato de tal complexo de atribuições jurisdicionais derivar, de modo imediato, do próprio texto constitucional, proclamando, então, naquele julgamento, a impossibilidade de tais modificações ocorrerem por via meramente legislativa, “por não poder qualquer lei ordinária aumentar nem diminuir as atribuições do Tribunal (...)” (Jurisprudência/STF, p. 100/101, item n. 89, 1897, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional – grifei).

Essa orientação jurisprudencial, por sua vez, tem o beneplácito de autorizados doutrinadores (ALEXANDRE DE MORAES, “Direito Constitucional”, p. 180, item n. 7.8, 6ª ed., 1999, Atlas; RODOLFO DE

PET 8409 / GO

CAMARGO MANCUSO, “**Ação Popular**”, p. 129/130, 1994, RT; HELY LOPES MEIRELLES, ARNOLDO WALD e GILMAR FERREIRA MENDES, “**Mandado de Segurança e Ações Constitucionais**”, p. 192/193, item n. 6, 35ª ed., 2013, Malheiros; HUGO NIGRO MAZZILLI, “**O Inquérito Civil**”, p. 83/84, 1999, Saraiva; MARCELO FIGUEIREDO, “**Probidade Administrativa**”, p. 91, 3ª ed., 1998, Malheiros, *v.g.*), **cujo magistério também assinala não se incluir na esfera de competência originária do Supremo Tribunal Federal o poder de processar e julgar causas de natureza civil não referidas no texto da Constituição, como a ação popular, ainda que promovidas** contra agentes públicos a quem se outorgou, “*ratione muneris*”, **prerrogativa de foro em sede de persecução penal ou ajuizadas** contra órgãos estatais **ou** autoridades públicas que, **em sede** de mandado de segurança, **estão sujeitos** à *jurisdição imediata* do Supremo Tribunal Federal.

A “*ratio*” **subjacente** a esse entendimento, **que acentua o caráter absolutamente estrito** da competência constitucional do Supremo Tribunal Federal, **vincula-se** à necessidade *de inibir indevidas ampliações descaracterizadoras* da esfera de atribuições institucionais desta Suprema Corte, **conforme ressaltou, a propósito do tema em questão**, em voto vencedor, o saudoso Ministro ADALÍCIO NOGUEIRA (**RTJ** 39/56-59, 57).

Nem se alegue, *de outro lado*, que a invocação, *por parte do requerente*, da regra **inscrita** no art. 102, I, “**n**”, da Constituição **viabilizaria**, *no caso*, **o processo e julgamento**, *perante esta Corte Suprema*, da presente “*ação popular*”.

É que, para instaurar-se a competência originária do Supremo Tribunal Federal **em razão** da previsão **constante** do art. 102, I, “**n**”, da Carta Política, **há que se configurar**, *em cada caso ocorrente*, **além da existência** de interesse, direto **ou** indireto, de “*(...) todos os membros da magistratura (...)*”, **também o caráter exclusivo do direito por eles vindicado**.

PET 8409 / GO

Cumpr ressaltar, no ponto, que a jurisprudência desta Corte firmada em tema de aplicabilidade da regra de competência consubstanciada no art. 102, I, “n”, primeira parte, da Constituição Federal supõe, para incidir, a existência de interesse exclusivo da Magistratura.

Desse modo, ao fixar o sentido e o alcance da regra constitucional inscrita no art. 102, I, “n”, da Carta Política, esta Suprema Corte delimitou-lhe, em sucessivos pronunciamentos, o âmbito de incidência e aplicabilidade, ressaltando que falecerá competência originária ao Supremo Tribunal Federal quando o objeto da causa não envolver direitos, interesses ou vantagens que digam respeito, unicamente, à própria Magistratura (RTJ 128/475, Rel. Min. OCTAVIO GALLOTTI – RTJ 138/3, Rel. Min. CARLOS VELLOSO – RTJ 138/11, Rel. Min. CARLOS VELLOSO – RTJ 144/349, Rel. Min. MOREIRA ALVES – RTJ 147/179, Red. p/ o acórdão Min. ILMAR GALVÃO – AO 662-MC/PE, Rel. Min. CELSO DE MELLO – AO 955-AgR/ES, Rel. Min. ELLEN GRACIE – AO 1.635-TA/MS, Rel. Min. CELSO DE MELLO – AO 1.651-TA/ES, Rel. Min. CELSO DE MELLO – AO 1.688/SC, Rel. Min. DIAS TOFFOLI – AO 1.775/DE, Rel. Min. DIAS TOFFOLI, v.g.):

“SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL – COMPETÊNCIA ORIGINÁRIA (CE, ART. 102, I, ‘N’) – NORMA DE DIREITO ESTRITO – MAGISTRADOS QUE PRETENDEM A PERCEPÇÃO DO ADICIONAL DE 1/3 SOBRE OS DOIS PERÍODOS ANUAIS DE FÉRIAS A QUE FAZEM JUS – VANTAGEM QUE NÃO É EXCLUSIVA DA MAGISTRATURA – AÇÃO AJUIZÁVEL EM PRIMEIRA INSTÂNCIA – INCOMPETÊNCIA ABSOLUTA DO STF – AGRAVO IMPROVIDO.

– A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal – tendo presente a interpretação dada ao preceito constante do art. 102, I, ‘n’, da Constituição (RTJ 128/475 – RTJ 138/3 – RTJ 138/11, v.g.) – firmou-se no sentido de não reconhecer a competência originária desta Corte, sempre que a controvérsia envolver vantagens, direitos ou interesses comuns à magistratura e a outras categorias funcionais.

PET 8409 / GO

– O direito reclamado – **analisado** na perspectiva do estatuto jurídico pertinente à Magistratura – **não tem** qualquer conotação de natureza corporativo-institucional (**pois é também titularizado** pelos representantes do Ministério Público e membros integrantes dos Tribunais de Contas) e **não se restringe**, por isso mesmo, **apenas** àqueles que estejam investidos no desempenho de cargos judiciários.

– Enquanto houver **um único** Juiz **capaz** de decidir a causa em primeira instância, **não será lícito deslocar** para o Supremo Tribunal Federal, **com apoio** no art. 102, I, 'n', da Constituição, **a competência** para o processo e julgamento da ação promovida **pela quase** totalidade dos magistrados estaduais.

– **Eventual** recurso de apelação **a ser interposto** contra a decisão do magistrado **de primeiro** grau – **que é** o órgão judiciário competente para apreciar a causa – **deslocar-se-á**, 'per saltum', para o Supremo Tribunal Federal, **desde** que se evidencie a ocorrência de impedimento/suspeição **de mais** da metade dos Desembargadores componentes do Tribunal de Justiça do Estado. **Precedentes:** **AO 263/SC** (Questão de Ordem), Rel. Min. SEPÚLVEDA PERTENCE – **AO 378/SC**, Rel. Min. MAURÍCIO CORRÊA, v.g..”

(**RTJ 164/840**, Rel. Min. CELSO DE MELLO)

Isso significa que, **se** os interesses, direitos **ou** vantagens constituírem situações **comuns** a **outras** **categorias funcionais**, **descaracterizar-se-á**, em função desse estado de comunhão jurídica, a própria “ratio essendi” **justificadora da especial competência originária** do Supremo Tribunal Federal **instituída** pela Constituição da República.

Considerando, portanto, que a matéria em exame **não** revela a existência, na espécie, **de interesse privativo e exclusivo da Magistratura**, **não há como reconhecer** ocorrente, no caso, a hipótese de competência originária do Supremo Tribunal Federal **prevista** no art. 102, I, “n”, da Constituição.

PET 8409 / GO

Impende salientar, por relevante, que essa **mesma** diretriz jurisprudencial **tem sido observada em sucessivos julgamentos** no âmbito desta Corte Suprema **a propósito de questão pertinente a vantagens pecuniárias comuns** à magistratura **e, também**, a outras categorias funcionais (**AO 1.743-AgR/DF** Red. p/ o acórdão Min. EDSON FACHIN – **AO 1.769-AgR/DF** Rel. Min. RICARDO LEWANDOWSKI – **AO 1.774-AgR/DF** Rel. Min. CELSO DE MELLO – **AO 2.012-AgR/RJ** Rel. Min. LUIZ FUX – **AO 2.339/DF** Rel. Min. CELSO DE MELLO – **AO 2.362/DF** Rel. Min. ALEXANDRE DE MORAES, *v.g.*):

“AGRAVO REGIMENTAL. AÇÃO ORIGINÁRIA. MAGISTRADO. AUXÍLIO MORADIA. LOCALIDADE DE DIFÍCIL ACESSO. SIMETRIA COM MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. LC 75/93. CIRCUNSTÂNCIA EXCEPCIONAL. INEXISTÊNCIA DE DIREITO EXCLUSIVO DA MAGISTRATURA. AUSÊNCIA DE MANIFESTAÇÃO FORMAL DE MAIS DA METADE DOS MEMBROS DO TRIBUNAL DE ORIGEM. INCOMPETÊNCIA ORIGINÁRIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.

1. A instauração de competência originária do Supremo Tribunal Federal com fundamento no art. 102, I, 'n', da Constituição Federal depende da existência de interesse (direto ou indireto) da totalidade da magistratura nacional no julgamento da causa e que este não revele pretensão passível de ser repetida por outras carreiras do serviço público. Precedentes: AO 2.126, redator para acórdão Min. Edson Fachin, DJe 9.3.2017; Rcl 16.597, Rel. Min. Teori Zavascki, Dje 19.02.2014.

2. Na espécie, pleiteia-se o pagamento de auxílio-moradia com fundamento no art. 227, VIII, da LC 75/93 e na simetria entre as carreiras da Magistratura e do Ministério Público Federal, em razão do exercício de funções em município classificado pela Portaria-PGR 484/2006 como localidade de difícil acesso.

PET 8409 / GO

3. *A causa de pedir revela circunstância excepcional que interessa apenas a magistrados lotados em municípios considerados de difícil acesso, e não a toda a magistratura.*

Agravo regimental a que se nega provimento.

(AO 2.059-AgR/PR, Rel. Min. EDSON FACHIN – grifei)

Cabe registrar, nesse sentido, que o eventual reconhecimento da competência originária do Supremo Tribunal Federal, com fundamento no art. 102, I, “n”, da Constituição da República, para processar e julgar causas cujo objeto envolva **vantagens comuns tanto a magistrados como a servidores públicos em geral** culminaria por transformar esta Corte em verdadeiro “forum attractionis” de múltiplas demandas que, na realidade, **poderiam (e deveriam)** ser resolvidas pelas instâncias judiciais de primeiro grau, inclusive pelos próprios Juizados Especiais Cíveis, **a depender**, nesta hipótese, do valor da causa.

Sendo assim, e em face das razões expostas, **não conheço** da presente “ação popular” (CPC, art. 932, VIII, c/c o RISTE, art. 21, § 1º).

Arquivem-se estes autos.

Publique-se.

Brasília, 19 de novembro de 2019.

Ministro CELSO DE MELLO

Relator